



“Siempre los estuvimos esperando, aunque nunca nos habíamos dado cuenta”: A memória e a defesa dos direitos humanos pelos familiares de repressores da ditadura argentina

Marina Lis Wassmansdorf¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo atualizar a relação entre memória, direitos humanos e passado recente argentino, a partir dos testemunhos de descendentes diretos dos repressores que denunciam os seus genitores pelos crimes cometidos na última ditadura do país (1976-1983). Essa geração, cujas vozes saíram a público na Argentina no ano de 2017 em repúdio a qualquer possibilidade de benefício aos processados pelos crimes de direitos humanos, tem conectado suas proposições em apoio às demandas históricas das agremiações político-sociais ligadas aos direitos humanos e à ditadura, questionando o pacto de silêncio promovido pelas Forças Armadas e de Segurança e recusando-se a uma solução conciliadora, quanto às políticas de reparação estabelecidas pelo Estado argentino. Deste modo, será discutida a forma como suas narrativas ingressam na cena pública dos direitos humanos da Argentina, e quais são os pontos de contato e de afastamento que estabelecem com as históricas organizações das vítimas e de seus familiares e suas agendas de tratamento do passado autoritário, e em que medida seus discursos renovam os imaginários sobre esse mesmo passado, a partir de memórias que acessam as lógicas intrafamiliares dos oficiais das Forças Armadas e de Segurança da exceção. As fontes utilizadas serão analisadas a partir do enfoque da análise do discurso e das discussões que permeiam o campo da História do Tempo Presente argentino.

Palavras-chave: Familiares de repressores; Memória; Direitos Humanos; Ditadura Argentina.

Introdução

No ano de 2017, um inusitado coletivo surgiu na cena pública argentina: eram os descendentes diretos dos repressores que se juntavam para denunciar os seus genitores pelos crimes cometidos na última ditadura do país (1976-1983). Além da denúncia dos seus parentes, essas vozes vieram trazer à tona suas memórias sobre sua infância em ditadura no seio de uma família de militares e/ou policiais, do silêncio e do constrangimento de quando descobriram o que seus pais/avôs/tios fizeram, do que os levou à decisão de romper com seus genitores e por que decidiram fazê-lo publicamente.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, com bolsa CAPES de fomento.



Este trabalho tem como objetivo atualizar a relação entre memória, direitos humanos e passado recente argentino, a partir do inovador testemunho desses ativistas. Como fontes, serão utilizadas entrevistas audiovisuais realizadas junto aos integrantes do coletivo, pelo arquivo *Memoria Abierta*².

A experiência de descendentes revisando o legado familiar genocida não é nova. Na Alemanha, os filhos e netos de líderes nazistas, já há algum tempo, tem investigado o verdadeiro papel de seus parentes no extermínio judeu, o que tem aberto caminhos de distanciamento e repúdio por parte dessa descendência (GUGLIELMUCCI, 2020). No entanto, à diferença do caso alemão, a ruptura intergeracional com perpetrador, na Argentina, não se limitou a um posicionamento pessoal, mas, ao contrário, tem se caracterizado pela coletivização e pelo estado público de atividades e testemunhos (GUGLIELMUCCI, 2020, p.17). Essa geração, cujas vozes saíram a público em repúdio a qualquer possibilidade de benefício aos processados pelos crimes de direitos humanos, tem conectado suas proposições em apoio às demandas históricas das agremiações político-sociais ligadas aos direitos humanos e à ditadura, questionando o pacto de silêncio promovido pelas Forças Armadas e de Segurança e recusando-se a uma solução conciliadora, quanto às políticas de reparação estabelecidas pelo Estado argentino. Deste modo, será discutida a forma como suas narrativas ingressam na cena pública dos direitos humanos da Argentina, e quais são os pontos de contato e de afastamento que estabelecem com as históricas organizações das vítimas e de seus familiares e suas agendas de tratamento do passado autoritário, e em que medida seus discursos renovam os imaginários sobre esse mesmo passado, a partir de memórias que acessam as lógicas intrafamiliares dos oficiais das Forças Armadas e de Segurança da exceção. As fontes utilizadas serão analisadas a partir do enfoque da análise do discurso e das discussões que permeiam o campo da História do Tempo Presente argentino.

A entrada das vozes desobedientes na cena pública argentina

O ativismo social contra a ditadura e pelos direitos humanos na Argentina e a memória produzida ao redor desses acontecimentos, tem sido conhecida mundialmente pela voz de resistência dos familiares daqueles que foram perseguidos pela repressão. Esses familiares –

² A instituição, localizada em Buenos Aires, na Argentina, realiza e possui um acervo oral de entrevistas audiovisuais relacionadas à ditadura. O acesso é efetuado através de consulta via e-mail ou fisicamente no local, e no caso de estar à distância, as entrevistas são disponibilizadas remotamente por tempo limitado.



já desde a ditadura, passando pela transição e durante os governos democráticos, e, juntamente com as vítimas e outras organizações de direitos humanos – construíram uma agenda de tratamento sobre o passado autoritário e mobilizaram a sociedade argentina a criar leis de reparação com base institucional, que vai a contar da localização dos corpos dos desaparecidos até o processamento dos responsáveis pelo ocorrido. Embora o trajeto dessas lutas não tenha sido simples ou sem tortuosidades, boa parte dessas demandas foram assumidas pelo Estado argentino.

Desde o começo dos anos 2000, o país tem recolocado³ no banco dos réus os militares e civis que executaram ou colaboraram com as violações do último período de exceção do país. Esses processamentos têm resultado em condenações com penas privativas da liberdade e representam uma das principais bandeiras de sucesso das demandas das organizações de direitos humanos. Por essa via, há um reconhecimento social e acadêmico de que os julgamentos não só têm penalizado os repressores e reparado as vítimas individualmente, mas, também, tem sido uma potente instância de produção de informações e esclarecimento sobre o ocorrido, através da recomposição – por meio de provas e testemunhos – do acionar clandestino da ditadura. Ao mesmo tempo, desde a reabertura desses processos penais, há uma agenda política em favor de sua extinção. Mas não foi até o governo do ex-presidente Mauricio Macri, que essa pauta começou a ganhar legitimidade.

O governo macrista ganhou as eleições de 2015, na Argentina, com uma campanha de mudança calcada num Estado neoliberal e privatista, em oposição direta aos seus antecessores no poder. Entre suas propostas, estava a de revisitar o modelo das políticas reparatórias com relação à ditadura que os governos de esquerda do período anterior haviam posto em prática. Estas novas políticas propunham uma revisão da questão das violações do passado e da memória recente como uma premissa das vítimas e como uma responsabilidade de Estado, entrando em coalizão direta com as históricas organizações de resistência à ditadura. Neste âmbito de conflito ideológico da memória, a revisão dos julgamentos dos responsáveis também entrou em debate.

Apoiada nas mudanças que ocorriam na maneira de observar e tratar o passado, a Corte Suprema Argentina votou a diminuição da pena pela metade dos repressores condenados por crimes contra os direitos humanos na última ditadura. Neste momento, a

³ Nos anos 1980, a Argentina julgou e condenou os principais mandatários do governo da ditadura. Alguns anos depois, no entanto, eles seriam soltos e anistiados. Por isso, nos anos 2000, fala-se de uma “reabertura” dos julgamentos contra os crimes da ditadura.



questão dos direitos humanos estava sobre profunda tensão, assim como a autoridade das vítimas para tratar deste passado. Contudo, ao chamarem para uma marcha multitudinária contra essa jurisprudência, a sociedade argentina atendeu, demonstrando, por um lado, seu claro apoio às históricas organizações relacionadas às vítimas e, por outro, que a revisão do passado pela justiça do presente, é um projeto concreto da sociedade civil argentina. A medida foi, afinal, revogada. Neste contexto, algumas vozes de familiares de repressores surgem publicamente para somar ao repúdio a tal sentença e a qualquer possibilidade de benefício aos processados pelos crimes de direitos humanos. Com o tempo, elas se juntariam, e formariam o coletivo *Historias Desobedientes: familiares de represores por la memoria, la verdad y la justicia*.

Historias Desobedientes nasce em julho de 2017, um mês depois da votação sobre a computação de pena dos repressores. Já desde os seus inícios, suas vozes foram recebidas com muito entusiasmo e apoio social. Afinal, eles eram os descendentes biológicos dos repressores, e estavam marchando pelas bandeiras de memória, verdade e justiça. Desde um relato pessoal e familiar, seus integrantes, formados por filhos(as), sobrinhos(as) e netos(as) de agentes que fizeram parte das Forças Armadas e de Segurança daquele período, também se propunham ser uma voz contra o pacto de silêncio⁴ que vigora nessas forças desde o fim da ditadura. Para isso, eles propuseram uma série de ações para testemunhar contra os seus próprios familiares, em favor do esclarecimento do envolvimento de seus parentes na ditadura e em solidariedade às vítimas dos mesmos⁵.

Pontos de contato com a agenda de direitos humanos

⁴ A noção de pacto de silêncio é alvo de debates na historiografia que estuda o tema dos repressores das ditaduras do Cone Sul. Segundo Claudia Feld e Valentina Salvi, “en variadas circunstancias políticas y en distintos escenarios, las personas acusadas de cometer graves violaciones a los derechos humanos hablaron publicamente” (FELD; SALVI, 2016, p.1). Em alguns casos, revelaram detalhes do sistema repressivo, em outros poucos, arrependem-se, e, na maioria das vezes, reivindicaram ou justificaram suas ações. (FELD; SALVI, 2016).

⁵ Além de testemunharem publicamente em canais televisivos, rádios, jornais, escolas e universidades, os integrantes do coletivo também apresentaram ao Congresso argentino um projeto de lei com o objetivo de alterar o dispositivo do código de processo penal do país, que impede que filhos(as) possam denunciar os seus próprios pais. Dessa forma, pretendia-se que os filhos, filhas e familiares de implicados na repressão ilegal da ditadura pudessem peticionar e declarar penalmente nos processos por violação dos direitos humanos. A proposta ainda segue em análise no parlamento nacional.



Desde o seu aparecimento, o coletivo tem pautado o seu ativismo em conformidade com a agenda dos direitos humanos⁶. Desta forma, quanto às demandas históricas das agremiações político-sociais ligadas aos direitos humanos e à ditadura, eles reivindicam a totalidade delas, desde o pedido de informações de localização dos corpos desaparecidos e dos bebês sequestrados e adotados ilegalmente por militares e outras forças até a responsabilização penal de todos os envolvidos e o fim dos privilégios processais – como saídas transitórias e prisão domiciliária. Não obstante, apesar do íntimo contato do coletivo de familiares de repressores desobedientes com essa agenda, podem haver certos afastamentos na cooperação para tratar do passado autoritário junto às históricas organizações de vítimas, no que diz respeito a autorização para falar sobre esse passado. Isso estaria vinculado a uma questão que transborda as fronteiras do presente político, e se relaciona com a maneira como o ativismo relacionado à ditadura, na Argentina, foi construído historicamente no país, a partir da tônica de quem são as principais *vítimas* desse período.

Pontos de afastamento com as históricas organizações de vítimas

O conceito de “vítima” da ditadura tem sido predominantemente atribuído aos afetados pela repressão estatal e aos seus familiares. No entanto, desde o começo da penúltima década, essa mesma categoria tem servido para tencionar o campo dos direitos humanos, quando os “filhos(as) de militares e policiais condenados” – nas representações da imprensa, de certa literatura, e também no interior da arena familiar dos repressores que, ao contrário, defendem os seus pais – seriam considerados, também, “vítimas” dessas tragédias. Embora esses familiares de repressores desobedientes rechacem publicamente a categoria, pode haver uma certa desconfiança por parte daqueles autorizados para falar sobre os direitos humanos quanto a presença desses novos atores que vem pedir a palavra pública.

De acordo com Elizabeth Jelin e Pablo Azcarate, o movimento de direitos humanos que se formou ainda durante a ditadura para resistir a ela, era conformado por diversas organizações civis e políticas (JELIN; AZCARATE, 1991), mas foi principalmente através da posição de “afetados diretos” pela repressão estatal, que suas demandas e denúncias foram reconhecidas socialmente. Entre esses “afetados diretos”, segundo a autora, estavam os

⁶ No contexto transicional argentino, “direitos humanos”; “movimento de direitos humanos” e “organizações de direitos humanos” são maneiras de se nomear as organizações que reivindicam a memória e a resistência à ditadura no país.



sobreviventes da desapareição, prisão política, tortura e exílio e aqueles que haviam sofrido a perda familiar por essas distintas modalidades repressivas. Eles, mas principalmente as organizações de familiares⁷, seriam considerados as “verdadeiras vítimas” da ditadura e sua voz vista como mais legítima que outras, de forma que a lógica do sofrimento, mas também do laço biológico, passariam a ser atributos para dizer e tratar o passado recente argentino politicamente (JELIN, 2007).

A relação entre ativismo, familismo e vivência em “carne própria” do sofrimento na ditadura tornou-se muito poderosa na Argentina. Poderosa a tal ponto que esse posicionamento – antes questionado por organizações pró-militares ainda nos anos da redemocratização quanto a sua legitimidade (SALVI, 2010) – passou a ser disputado por algumas dessas vozes, especialmente a partir de 2006, quando os familiares de repressores em defesa dos condenados e presos nos julgamentos dos crimes contra os direitos humanos alçaram sua voz contrários a esses processos penais em curso (SALVI, 2019). Segundo Valentina Salvi, as esposas, filhos(as) e netos(as) que buscavam apoiar os seus familiares no marco das prisões e condenações pela atuação na repressão da ditadura, passarão a utilizar a linguagem em comum dos direitos humanos para polemizar com as vítimas da ditadura e seus familiares, em prol de reconhecimento pelas suas demandas (SALVI, 2019). De acordo com essa leitura, esse grupo de familiares, que denunciam irregularidades e condições carcerárias adversas que supostamente tramitam nas etapas de julgamento e execução penal dos crimes da ditadura, buscam a empatia social pelo que seria a experiência de sofrimento padecida pelos seus parentes condenados e presos e, conseqüentemente, suportada por eles mesmos ao serem implicados afetivamente nessa empreitada. Dessa forma, esses grupos vinculados às Forças Armadas e de Segurança, buscarão apresentar-se como também afetados pelo ocorrido durante a ditadura, de forma a ganhar notoriedade sobre suas pautas. Mas são notoriamente os filhos(as) e netos(as) desses militares e policiais acusados – como demonstra Salvi –, aqueles que vão pleitear uma equiparação com o conjunto de vítimas da época (SALVI, 2019).

Há uma geração na Argentina, composta por filhos(as) e netos(as) dos militantes da esquerda dos anos 1970 – que reivindicam sua posição de autoridade para falar do passado a partir da ótica de uma infância que também sofreu com a perseguição durante a ditadura. Seja

⁷ De acordo com Jelin, a força do “familismo” como um conjunto de crenças e valores é de mais longa data na história cultural e política do país. Ela está vinculada à influência da Igreja Católica e dos imigrantes europeus na construção de uma “ética familiar” que foi implementada na Argentina e na América Latina como um todo, durante o período de colonização e ocupação dessa região (JELIN, 2010).



no âmbito de ter sido apropriado, de ter vivido a clandestinidade, o exílio ou mesmo a perda eventual e/ou permanente dos pais, essa descendência também vai requisitar seu lugar como vítima da ditadura e conseguirá bastante apoio e comoção social por sua experiência – em parte pela posição de vulnerabilidade em que se encontravam. E é sobre esse atributo geracional, que as agrupações de filhos(as) e netos(as) dos réus membros das Forças Armadas e de Segurança na época da ditadura, irão investir sua autorização social e política para também posicionar-se sobre esse passado.

Entre os seus argumentos – discorre Salvi – está a elaboração de um discurso que os posiciona apartados de quaisquer suspeitas criminais, a partir da ideia de que nasceram depois do ocorrido ou de que eram ainda muito pequenos para assumirem qualquer responsabilidade sobre o que seus pais faziam. Nesse seguimento, vão tratar de equiparar-se geracionalmente com a experiência dos filhos(as) e netos(as) dos militantes políticos, segundo a ideia de que – assim como eles – foram prejudicados pelas consequências de um período violento mesmo sem o terem provocado. Esta igualação de trajetórias – continua a autora – é construída pelo discurso de que houve uma “tragédia nos anos 1970” – uma figura de memória muito utilizada por essas organizações para explicar o período militar, cujos sentidos embutidos opacam os processos políticos e os graus de responsabilidades que envolveram essas violências (SALVI, 2019).

Essas alegações foram, de certa forma, recepcionadas por parte da mídia e dos meios culturais argentinos⁸. Acrescenta-se a essa disputa o fato de que há também organizações que reivindicam a posição de “vítimas do terrorismo”, na medida em que seus familiares – muitos deles membros das Forças Armadas e de Segurança – foram mortos por ações derivadas da esquerda armada durante a ditadura. Essas organizações também se apropriaram de sentidos e representações vinculadas à linguagem do movimento de direitos humanos de resistência à ditadura, cujos sentidos de ação construíram, muito precocemente, a ideia da repressão ilegal do governo militar como “terrorismo de Estado”. Assim, ao atribuir o “terrorismo” como uma prática da esquerda política da época, a lógica desses familiares cujos parentes foram atacados pela guerrilha concerne em disputar frontalmente com alguns discursos sobre o passado que já

⁸Entre eles, vale mencionar as reportagens do jornal *La Nación*, que tem, nos últimos anos, dado espaço às reivindicações dos descendentes em defesa dos repressores condenados e a publicação do livro *Hijos de los 70*, de Carolina Arenes e Astrid Pikielny, que buscou reunir testemunhos de filhos(as) de repressores, filhos(as) das vítimas da violência da esquerda armada e filhos(as) dos militantes dessas organizações políticas da época, em torno da ideia de que eles compartilham um mesmo legado.



foram aceitos socialmente, de forma a legitimar a sua narrativa dentro do próprio campo cultural de debate sobre a ditadura. Em outra perspectiva, esses ativistas – a partir da crítica da observação do passado pela perspectiva da repressão de Estado – vão atribuir a experiência das vítimas do governo militar como uma memória parcial e setorizada, que somente estaria “completa” quando viesse à tona a história desses “outros mortos” e suas famílias. Assim, tem-se observado, nesses últimos anos, uma exploração da ideia de que os “filhos(as) de militares e policiais condenados” e outros filhos(as) e netos(as) vinculados às instituições castrenses, também foram “vítimas da ditadura” – neste caso – “vítimas de uma tragédia”, e, por isso, estariam aptos também a falar sobre esse passado⁹. Este complexo cenário de discursos revisionistas e de matização das responsabilidades do passado, instou algumas dificuldades para que a narrativa dos familiares de repressores desobedientes pudesse garantir legitimidade pública, especialmente no campo do movimento dos direitos humanos.

Como mencionado, quem tem a prerrogativa de falar sobre o passado em termos de “direitos humanos” e de “memória, verdade e justiça”, na Argentina, são “as verdadeiras vítimas”, e, dentre elas, as mais conhecidas são aquelas que se organizam em torno da tônica familiar, cujos nomes mais notórios são *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo* e *Hijos e hijas por la identidad y la justicia contra el olvido y el silencio (HIJOS)*. Essas organizações, além de estabelecer uma agenda em torno do passado autoritário, também tem o poder de definir quem está ou não autorizado a falar em nome das vítimas. Quando os descendentes de repressores desobedientes surgiram no cenário público dos direitos humanos, essas organizações não se posicionaram publicamente sobre isso – de fato, poucas, até agora, se manifestaram, seja com apoio ou com críticas¹⁰. Essa ressalva deriva, por um lado, da ocupação do espaço social do passado recente – aqui mencionada – por outros familiares de repressores organizados e que falavam publicamente há alguns anos em defesa dos algozes. Por outro, da própria carga social em que são remetidos esses descendentes, na medida em que seus parentes foram responsáveis pelo sofrimento que essas famílias atingidas pela repressão do Estado padecem. Há um terceiro ponto. O discurso calcado “reconciliação”. Segundo essa lógica, os embates vividos pelos repressores e seus defensores e pelas vítimas

⁹ Este discurso ficou bastante conhecido a partir do ativismo da direitoista Victoria Vilarruel, filha e neta de militares, e recém-eleita vice-presidente do país.

¹⁰ Além da organização *Madres de Plaza de Mayo* (linha fundadora), que prestou seu apoio e solidariedade diversas vezes ao coletivo, e da associação *HIJOS*, que já se posicionou criticamente sobre o tema, as outras organizações de vítimas resguardaram silêncio.



da ditadura no presente, são uma continuidade dos conflitos ideológicos do passado. E para superá-lo, o país deveria reconciliar ambos os lados, através do perdão mútuo. O problema desse raciocínio é que ele também movimenta um arco político interessado em deixar de responsabilizar os militares e demais envolvidos pelos seus crimes, segundo a lógica de que a repressão foi tão prejudicial quanto à violência da esquerda (FRANCO, 2018). As aproximações feitas entre parentes de militares vinculados à ditadura, por um lado, e parentes de militantes políticos, por outro – portanto –, tem sido observada com desconfiança, justamente pelo perigo de serem lidas como uma tratativa pela impunidade. E isso talvez explique, afinal, as reservas das organizações das vítimas em convergir com os familiares de repressores desobedientes – embora esses últimos tenham sido sempre categóricos em opor-se a ideia de uma “reconciliação”. Por fim, o uso que fizeram as organizações vinculadas às Forças Armadas e de Segurança da ditadura com relação à linguagem humanitária e à apropriação do conceito de “vítima”, pode ter gerado como efeito o disparar de alarmes quanto à idoneidade das ações do coletivo *Historias Desobedientes*.

Como dito mais acima, a relação da sociedade argentina com a memória sobre o passado das violações, decorreu em termos do estabelecimento de quem eram “as verdadeiras vítimas”. E essa batalha perdura no presente, chegando, muitas vezes, como visto, a ter sua equação invertida. Contudo, o movimento de direitos humanos – em conjunto com outros atores de memória, além de ter construído sua visão sobre quem seria uma vítima, também o faria ao redor do conceito de *repressor*.

A figura do *repressor*, segundo Salvi, foi objeto de interesse do movimento de direitos humanos na medida em que se poderia recuperar suas responsabilidades pelos crimes cometidos, denunciar a magnitude das violências e obter informações em relação à localização dos corpos de desaparecidos e da identidade das crianças apropriadas (SALVI, 2016). Pouco se indagou acerca da vida privada desses sujeitos durante a ditadura nem mesmo sobre as lógicas que operavam no interior de suas famílias, embora o meio acadêmico tenha se debruçado em estudar esse universo nos últimos anos¹¹. Assim – demonstra a autora –, a imagem do repressor, construiu-se, muitas vezes, de modo estereotipado, reforçando teorias estruturadas e cristalizadas da ordem social e da história do passado autoritário (SALVI, 2016). Por essa razão, pode-se dizer que as memórias desses desobedientes,

¹¹ Valentina Salvi menciona os trabalhos de Antonius Robben (1995, 1999), como pioneiro para pensar o tema dos repressores e das suas subjetividades (SALVI, 2019).

interrogando o papel dessa figura dentro e fora de casa, possibilitam não só acessar as escalas mais íntimas da ideologia repressiva do Estado, mas convertem-se numa maneira inovadora de observar os efeitos do autoritarismo no passado recente. E são essas novas perspectivas sobre dito passado, o que será observado a seguir, a partir de suas próprias histórias intrafamiliares.

A renovação do imaginário sobre o passado da ditadura

A família desses militares e policiais tem sido considerada um entreposto singular de reprodução das crenças daquelas corporações empenhadas no auto-denominado “processo de reorganização nacional argentino”, como ficou conhecida a última ditadura no país. Assim, não é de impressionar que o *conservadorismo*, o *anti-comunismo*, a *defesa da família tradicional*, o *catolicismo* e a *obediência*, sejam valores de formação em comum enfatizadas por essas memórias familiares. Contudo, nesses relatos, aparecem também algumas “contradições” no que concerne a expectativa social da vida familiar de um militar ou policial envolvido nas Forças Armadas e de Segurança durante a ditadura. Por exemplo, por meio de suas narrativas, foi possível observar o aparecimento de histórias de divórcio, de pais não religiosos, “cultos” – que liam e incentivavam a prática de leitura pelos filhos(as) e também “liberais” na criação¹².

Outro ponto interessante é que, por meio de seus testemunhos, emerge uma memória crítica do passado familiar, de modo que alguns vão reposicionar o lugar do pai/avô/tio na hierarquia dessa família e repensar as relações de afeto estabelecidas – especialmente na infância – a partir do novo saber que relaciona o parente com um papel na ditadura. Para Analía Kalinec, filha de um ex-policial federal, condenado e preso por crimes contra os direitos humanos, esta mudança de percepção é bastante emblemática. Ela conta, na entrevista, que depois que começou a ter consciência sobre o que o pai fez durante a ditadura, a imagem idealizada que tinha sobre ele começou a mudar. A imagem do pai “engrandecido” e que fazia “sacrifícios pela família” foi perdendo sentido e abrindo espaço para outras

¹² Todas as entrevistas que compõem a análise desta seção do artigo, foram retiradas do arquivo *Memoria Abierta*, que realizou entrevistas com membros e ex-membros do coletivo *Historias Desobedientes*, entre os anos de 2021 e 2022. Para acessá-las, basta enviar um e-mail ao consultas@memoriaabierta.org.ar.



elaborações – menos hierárquicas – a ponto de serem invertidas quando ela o enfrenta durante um processo judicial em curso¹³.

Em outras histórias, o afeto já se encontrava em falha, porque o genitor havia sido um pai violento. Liliana Furió, filha de um ex-chefe da inteligência do Exército, condenado e preso por crimes contra os direitos humanos durante a ditadura, denuncia tanto a violência que ocorria dentro de casa quanto aquela que era normalizada no interior das instituições militares, como forma de construir hierarquias de poder entre os soldados:

Meus avós paternos eram muito superprotetores (...) E chama atenção o quanto foram complacentes com esse filho; tão presentes, ao passo que meu pai tenha sido sempre um desastre (...) Expulsavam-no de todos os colégios, minha avó ia buscá-lo na delegacia por besteiras que fazia bêbado com seus amigos. Para que ele confesse que foi vergonhoso que ele tenha sido um delinquente, eu não quero nem imaginar o que ele fazia com o bando que o cercava - porque ele era o líder (...) Eles festejam essas barbaridades que faziam com os cadetes novos. Eu não consigo nem processar e pensar nas humilhações a que eram submetidos. E isso, a brutalidade, o castigo... Ele amava os cachorros. Ele realmente os amava, os cuidava. Mas os torturava até que o cachorro gritava. Retorcia-os e morria de rir. E com a gente ele também fazia isso (...). Ele tinha esse sadismo. Por isso posso vê-lo perfeitamente numa sala de torturas.

Enquanto algumas memórias interrogam o que aconteceu para que realizassem ou aprovassem condutas tão cruéis e desumanas – que, como no caso de Liliana – questionam a lógica de funcionamento da instituição militar ou mesmo remetem a um comportamento individual prévio, outras vão interpelar diretamente os seus parentes. Em alguns casos, essa demanda ocorre por que as forças judiciais já investigaram esse passado, e localizaram suas condutas criminais. Nestas situações, os filhos(as) – principalmente – vão buscar confrontá-los com esse saber. Inaugura-se assim, uma memória interpelativa, em que o repressor é forçado a explicar; a justificar-se perante a sua própria descendência.

Um primeiro exemplo é a história de Stella Duacastella, filha de um médico militar acusado de crimes contra os direitos humanos durante a ditadura. No seu testemunho ao arquivo *Memoria Abierta*, ela retrata o momento em que interpelou o seu pai sobre o envolvimento dele no parto clandestino de vinte e quatro mulheres presas políticas:

Nessa época nos ligam dizendo que haviam recebido a acusação de *Abuelas de Plaza de Mayo* sobre a subtração de bebês nascidos em cativeiro em *Campo de Mayo*. Indignadíssimo, ele pede a assessoria do meu marido que

¹³ O pai de Analía, Eduardo Kalinec e, juntamente com suas irmãs, moveu um processo de “indignidade” contra ela, como forma de punição pela sua decisão de repudiá-lo publicamente.



era advogado. E ele lhe diz que procure um advogado especializado porque aquilo deveria ser levado a sério. “Eu não tenho nada para me arrepender, as Forças vão cuidar de mim, vão me proteger”. E meu marido diz para que eu não leia a acusação, porque ia me fazer mal. Eu a li, obviamente. Há um ponto de inflexão a aquelas que chamamos “desobedientes”, que por mais suspeita ou consciência que você possa ter, há um ponto em que se te abre a cabeça. Até esse momento até pode haver dúvidas, racionalizações, elaborações: “porque, coitado, a pressão, o poder, etc”. Mas há esse ponto de inflexão – em que já não há volta atrás – que para mim foi a leitura da acusação. Ali se diz que houve 24 mulheres que pariram encapuzadas, algemadas, atadas na cama hospitalar. Ali elas raramente podiam segurar os seus bebês, pois, na maioria das vezes, elas apenas os escutavam chorar. Eu, nessa época, estava parindo os seus netos. Para mim, era impensável algo assim. E algumas mulheres, depois de parir ou de fazer cesárias – porque meu pai assina duas cesáreas – eram levantadas e levadas caminhando até esses colchonetes que estavam nesse setor de serviço de toxicologia. Para mim, que fiz cesárea, isso é a morte. Fazer isso – com elas sangrando – não quero ser dramática, mas... bem, levei esse documento impresso da acusação para ele e perguntei se era verdade e se ele tinha algum envolvimento. E foi aí que me respondeu essa famosa frase: “não foram tantas”.

No excerto acima, Stella discorre sobre o momento preciso em que decidiu que deveria repudiar o pai – o qual decorre da leitura da acusação do processo no qual seu pai estava implicado penalmente na Justiça. Segundo ela, esse foi o seu “ponto de inflexão” – quando o caráter das informações obtidas sobre a conduta do genitor tem como efeito tornar irreversível a retomada da relação desde o mesmo lugar – e que ela reivindica como experiência compartilhada de todos (as) aqueles (as) que decidem pela desobediência. Que ela – como mãe, imagine-se na situação daquelas presas políticas grávidas, sob julgo do seu pai – e que ele tenha minimizado o ocorrido quando ela o interpelou, implicou em um drama impossível de reconciliar. Essa foi a última vez que Stella o contactou.

Outra que questiona o pai pelos seus crimes, é a já mencionada Analía:

E depois, quando a causa se eleva para o juízo oral, eu vou e lhe digo, “bom, explique-me isso” – e agora com mais elementos, também –, e ele diz: “bom, você não entende porque você era muito pequena, mas isto foi uma guerra, eu saía a *ponerel pecho*”¹⁴. Quando colocaram a bomba no Departamento Central da Polícia Federal – meu pai esse dia estava no departamento – ele relata – e é uma coisa que ele relatava sempre –, sobre o impacto de ver os pedaços de seus companheiros esparramados (...) E de aí, diz que não teve dúvidas que teria que sair a defender a pátria. E eu – refletindo, àquela época – lhe dizia [sobre os militantes perseguidos]: “mas eram adolescentes, alguns eram estudantes”. E ele respondia: “não, eu sabia exatamente quem eu ia buscar, porque eu investigava antes” (...) E além disso, você pense” – ele me

¹⁴Enfrentar com orgulho uma situação difícil, tradução minha.



diz –, “que se alguém vai colocar uma bomba, que vai machucar muitas pessoas, você não faria qualquer coisa por saber essa informação? ”. Então eu lhe digo “você está me pedindo que eu justifique a tortura? ”. E a partir daí ele fica muito nervoso, diz que eu não entendo e eu digo: “Sim, eu entendo. Nisso eu tenho razão, escutei o discurso das *Abuelas*; das *Madres* [de Praça de Maio] e você não pode me dizer que isso é defender a pátria. Criar centros clandestinos, torturar e sequestrar pessoas não tem nada a ver com defender a pátria”.

Ao trazer de que forma interrogou seu pai em vista da causa que havia chegado a uma etapa processual importante da fase penal, Analía demonstra algumas coisas importantes. Primeiro, que a posição dele – que atuava em um centro clandestino de detenção durante a ditadura – sobre a repressão ilegal do governo militar, continua sendo a mesma postura oficialista das Forças de exceção no período, quando foram criticadas sobre as violações que ocorriam sob julgo do seu governo. A repressão de Estado, nesse sentido, tanto naquela época quanto no presente, é justificada e reivindicada pela lógica da “guerra contra a subversão”. Segundo – que –, ao tentar explicar as ações de obtenção de informação dos presos políticos sob a ideia de que havia um clima de ameaça da esquerda armada, ele é questionado moralmente pela filha sobre os métodos da repressão e fica muito nervoso. Ou seja, para o pai – que está socialmente posicionado na hierarquia familiar no papel de instrução moral de seus filhos(as) – há um abalo diante da possibilidade de que sua filha o veja como um torturador. O seu relato também demonstra que ela buscou saber o outro lado da história, o das vítimas – que, neste caso, é traduzido como uma memória potente sobre o que realmente aconteceu. De fato, essa memória de denúncia dos centros clandestinos de detenção e das diversas modalidades de repressão política, que circulou, especialmente a partir dos anos 2000, como a memória oficial do Estado argentino sobre o passado autoritário¹⁵, é aquela que ela instrumentaliza para confrontar o seu discurso.

Tanto o pai de Analía como o de Stella, parecem reivindicar e justificar suas ações do passado. Nesse sentido, eles parecem atuar conforme muitos outros militares e policiais que foram acusados por crimes contra os direitos humanos e falaram publicamente ou perante à justiça. Contudo, a questão aqui é menos sobre a capacidade ou não desses sujeitos membros

¹⁵ Durante os governos Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernandez de Kirchner (2007-2015), as políticas de memória defendidas pelas vítimas e seus familiares atingidos pela repressão, bem como pelos militantes políticos dos anos 1970, foram alçadas a políticas de Estado. Nesse sentido, foram criadas diversas iniciativas governamentais de divulgação, circulação e discussão das memórias relacionadas às violações e à resistência à ditadura, cujo objetivo pedagógico reforçou nos cidadãos e cidadãs, a necessidade de que esse passado “nunca mais se repita”.

das forças repressivas conseguirem quebrar os pactos de emudecimento e demonstrar arrependimento, mas sim, sobre a intervenção de seus próprios descendentes nesse tempo político, cuja retórica demonstra que os combinados éticos da transição política e da democracia argentina, traduzida nos anseios das vítimas pela reparação, chegaram aonde elas nem mesmo esperavam alcançar.

Considerações Finais

Como visto, as vozes dos familiares de repressores desobedientes surgem num cenário de recrudescimento da questão dos direitos humanos no país, e vão emergir, justamente, em apoio a essas pautas, a partir de uma identificação bastante emblemática— já que, como descendentes de repressores, suas famílias seriam pretensamente beneficiadas pelas políticas de impunidade. Embora tenham conseguido bastante apoio e recepção social em seus inícios— os familiares desobedientes teriam mais dificuldades para inserir-se como vozes legítimas em meio ao ativismo das históricas organizações de vítimas. Isso porque, desde os anos 2000, e com as sentenças que tem condenado os responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura no país, algumas organizações, cujos membros também possuem laços biológicos com os repressores, tem disputado a pauta dos direitos humanos e o lugar de “vítimas” do passado em comum, como forma de angariar legitimidade para suas demandas. Por outro lado, seus testemunhos têm aberto novas possibilidades de pensar o passado autoritário argentino e os efeitos dessa memória no tempo presente, a partir da própria lógica dos direitos humanos. Em seus relatos, que perscrutam criticamente a história íntima e familiar do oficial das Forças vinculadas à repressão, há a observação de valores que assentem com noções pré-existentes na historiografia sobre o tema, mas também há novas perspectivas, que contribuem em desconstruir o todo homogêneo do mundo militar. Nesses seus relatos de memória, ainda, fica demonstrado, por um lado, a importância dos processos judiciais e da produção de provas, que serviram, nestes casos, à conscientização de um saber sobre as condutas do genitor do período que dificilmente seriam “reveladas”, e, por outro, a potência do movimento de direitos humanos do país, cuja atuação foi eficaz a ponto de atingir criticamente os integrantes pertencentes ao mundo afetivo-familiar do repressor. Por fim, seus discursos, ao denunciar a ditadura a partir desse distintivo lugar, apontam para a construção de um sentido de responsabilidade histórica para com o passado e representam um sopro ético frente às

correntes políticas que tem surgido com força nos últimos tempos no país, cujas agendas auspiciam a reivindicação do ocorrido e a impunidade.

Referências

FELD, Claudia; SALVI, Valentina. Presentación: Cuando los perpetradores hablan. Dilemas y tensiones en torno a una voz controvertida. **Rúbrica Contemporánea**, v. 5, n. 9, p.103-122.

FRANCO, Marina. La última dictadura argentina en el centro de los debates y las tensiones historiográficas recientes. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 138-166, jan-mar. 2018.

GUGLIELMUCCI, Ana. Historias Desobedientes: Memorias de hijos y nietos de perpetradores de crímenes de lesa humanidad en Argentina. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 56, n. 1, p. 15 – 44, jan./jun. 2020.

JELIN, Elizabeth; AZCÁRATE, Pablo. Memoria y política: Movimiento de Derechos Humanos y construcción democrática. Universidad de Salamanca, España. **América Latina Hoy**, n. 1, p. 29-38, jul. 1991.

JELIN, Elizabeth. **Pan y afectos**: la transformación de las familias. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.29, p. 37-60, jul-dez. 2007.

SALVI, Valentina. Violencia, olvido y victimización colectiva. El discurso de las agrupaciones de “Memoria Completa” In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE LA MEMORIA, IV., 2010, Buenos Aires. Anais Eletrônicos [...] Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

_____. Los represores como objeto de estudio. Obstáculos, problemas y dificultades para su investigación en Argentina. **Cuadernos del IDES**, n.32, p. 22-41, 2016.

_____. Derechos humanos y memoria entre los familiares de represores en la Argentina. **Papeles del CEIC**, v. 2019/2, n. 217, p. 1 – 14, set. 2019.